

REGISTRO DE REUNIÃO	
Data:	24/03/2021
Reunião:	7ª Reunião do Grupo de Trabalho GT Vazões Pomba e Muriaé
Grupo:	GT Vazões
PARTICIPANTES	
André Marques	AGEVAP
Marina Assis	AGEVAP
Leandro Oliveira	AGEVAP
Daiane dos Santos	AGEVAP
Larissa Costa	INEA
Gisele Boa Sorte	SEAS
Heitor Moreira	IGAM
Vinícius Roman	ANA
Márcio Araujo	ANA
Tipo:	Videochamada
Local:	Microsoft Teams
RELATO DA REUNIÃO	
Item 1 – Aprovação do registro da reunião anterior;	
O registro de reunião foi apreciado pelo Grupo e aprovado sem alterações.	
Item 2 - Apresentação sobre o Plano de Gerenciamento de Risco do CEIVAP e sobre o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul;	
<p>A Sra. Marina Assis (AGEVAP) disse iria realizar duas apresentações e no final abrirá para contribuições. Iniciou sua fala a apresentação falando sobre o histórico da contratação do Plano de Gerenciamento de Risco. Falou sobre a criação do Grupo de Trabalho Para Acompanhamento da Elaboração do Plano de Gerenciamento de Risco (GTPGR), demonstrando a deliberação que dispõe sua criação (nº280/2020) e sua composição. Fez a descrição dos produtos, produto 1: Plano de trabalho consolidado; produto 2: Interface com ferramentas e procedimentos existentes; produto 3: Análise de eventos críticos e probabilidade de ocorrência; produto 4: Dimensionamento dos impactos e definição das áreas de ocorrência; produto 5: Matriz de probabilidade de ocorrência; produto 6: Plano de contingência; produto 7: Matriz de responsabilidade; produto 8: Plano de gerenciamento de risco consolidado. Expôs o quadro de desembolso e cronograma das 8 etapas, com conclusão para final de outubro/2022. Finalizou e iniciou a apresentação da Complementação e Finalização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e Elaboração dos Planos das Bacias Afluentes. Fez uma breve contextualização do contrato do plano de 2012-2016 e depois com a empresa Profill. Diferenciou também o Contrato e o Termo Aditivo em função da integração. Apresentou as 6 agendas: Gestão de Recursos Hídricos; Recursos Hídricos; Saneamento Urbano e Rural; Infraestrutura Verde; Produção e Conhecimento; Comunicação e Educação Ambiental.</p>	

Explicou que o escopo do programa é feito em Agenda; Subagenda/Programa; Ação; Metas/Indicadores; Investimento. Finalizou fazendo um breve detalhamento das subagendas 1.3 - Unidades Especiais de Gestão; 1.4 Eventos Críticos; 2.1 - Água Superficial; 2.2 - Água Subterrânea; 2.3 - Monitoramento Quali-Quantitativo da Água Superficial e Subterrânea; 5.1 - Produção de Conhecimento Técnico e Científico. A Sra. Larissa Costa (INEA) disse que seu entendimento sobre o Plano de Gerenciamento de Risco é que existe a fase de diagnóstico, mas ele é mais voltado para a identificação de resposta, sendo assim com ações macro que depois precisam ser melhor detalhadas. A Sra. Marina esclareceu que no Plano de Contingência terão propostas de ações macro que ao serem implementadas serão mais detalhadas. Não cabe no contrato da empresa detalhar todas as ações, isso ocorrerá na execução dos comitês. A Sra. Larissa fez uma observação sobre um olhar integrador das sub-bacias. Disse que no tocante à inundação, os municípios fluminenses sofrem muito com a quantidade de água que vem do estado de Minas Gerais, então para uma ação integrada entre inundação e estiagem é preciso olhar a sub-bacia como um todo, e não apenas os problemas locais do trecho. A Sra. Marina salientou que no Plano de Gerenciamento de Risco sempre se fala na bacia como um todo. Então um estudo prioritário que está relacionado a um estado pode também ter consequência em outro que tenha relação. Na fala do trecho mineiro ela retomou a deliberação de criação desse Grupo de Trabalho que o foco era a área de Minas Gerais, mas as ações não estão limitadas, apenas há mais cuidado. O Sr. Heitor Moreira (IGAM) parabenizou a apresentação e falou que desde o resgate do GT existem algumas ações que quando são detalhadas encontram outras que já estão em estágios mais avançados no GTPGR ou no próprio Plano de Bacia. Então há o cuidado de não aplicar recurso em ações já contempladas. Se algum membro ainda tiver dúvida, talvez esse seja o momento de fazer o exercício de matriz. A Sra. Larissa Costa (INEA) expôs e explicou etapas da gestão de risco voltadas para inundação, e sua sugestão é que façam algo similar na questão das secas. Disse que pelo que foi apresentado eles irão atuar em apenas algumas dessas fases, faltando à prevenção, mitigação e adaptação. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) esclareceu que o que não vai ser feito dentro do plano é a parte de executar uma ação a fim de projeto executivo, ele vai apontar o que tem que ser feito e quais as ações prioritárias no âmbito de prevenção e mitigação. O Sr. Heitor complementou dizendo que as ações estão divididas em estruturais e não estruturais. O Sr. Márcio Araújo (ANA) disse que com base no que a Sra. Larissa acabou de colocar, no Plano de Gerenciamento de Risco existem 3 ações: elaboração do plano de gerenciamento de risco, acompanhamento da implementação e ações priorizadas em Minas. Então não caberia pensar em uma ação mais executiva remetendo a esse grupo de trabalho. Sendo assim o plano traria sinalização de algumas áreas, mas posteriormente não teria como implantar nessas áreas. A Sra. Marina reiterou que a ideia dessa ação é ser mais executiva e caso posteriormente o GT entenda que não cabe apenas ao trecho mineiro, a ação pode ser ajustada. A Sra. Larissa disse que olhando para questão de inundações na calha principal dos rios Pomba e Muriaé, possivelmente uma ação estruturante seja no trecho mineiro, que minimizaria o impacto das ações no trecho fluminense. Mas pensando em inserir as questões de seca, elas não necessariamente são na calha principal, também ocorre no território dos afluentes. Então essas duas ações precisam ser vistas de âmbitos diferente. O Sr. Heitor Moreira (IGAM) indicou que tanto o PGR quanto o plano de bacias irão ter esse olhar integrador de priorização. O Sr. Márcio Araújo (ANA) questionou se não seria interessante construir uma 4ª ação sem custo, que seria a articulação entre o GTPGR e o GT Vazões que preencheria uma lacuna que existe no Plano de Recursos Hídricos. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) disse que acha importantíssimo prever isso no plano, no entanto não sabe se entraria como uma nova ação, pois o produto já foi

entregue pela Profill. Pode prever dentro do descritivo da ação, ao invés de mudar todo o produto.

Item 3 - Informe sobre a contratação de empresa especializada para elaboração de estudos de alternativas e desenvolvimento de projetos visando garantir a adução de água para os sistemas de canais da Baixada Campista

O Sr. Leandro Oliveira (AGEVAP) iniciou a apresentação falando sobre o Ato Convocatório nº 20/2020 para contratação de empresa especializada para elaboração de estudos de alternativas e desenvolvimento de projetos visando garantir a adução de água para os sistemas de canais da Baixada Campista. Disse que o Ato foi publicado em dezembro de 2020 e a seleção de propostas estava agendada para fevereiro de 2021. Porém receberam um questionamento em dezembro/2020 e outro em janeiro/2021 e foi necessária a realização de uma análise por parte da AGEVAP. A AGEVAP fez a análise, respondeu aos questionamentos e identificou que seriam necessários ajustes pontuais no Termo de Referência. Sobre a revisão foram realizadas revisões textuais, revisão e correção do produto 5, que demandou também atualização do orçamento. Mencionou que a parte sobre licenciamento ambiental não está mais sendo contemplada e agora será realizada uma avaliação preliminar e um TdR para contratação de estudo ambiental futuro. Mostrou as atividades a serem desenvolvidas no projeto e o custo final. Finalizou explicando os próximos passos que são a tramitação do processo e a retomada do ato convocatório que está prevista para abril de 2021. A Sra. Larissa Costa (INEA) complementou a informação da apresentação dizendo que o questionamento sobre o licenciamento ambiental foi algo discutido no GT, que seria difícil fazer essa contratação no âmbito desse estudo, pois não sabem qual é a solução e poderia ser algo complexo. Por isso ponderaram e definiram a realização de uma avaliação preliminar, mas não um aprofundamento que seria realizado posteriormente com a nova contratação do executivo. O Sr. Vinícius Raman (ANA) disse que concorda com a Sra. Larissa, tendo em vista que toda vez que há processo ambiental, ele costuma ser grande e caro comparado à concepção e solução de engenharia. Não havendo mais considerações, o item de pauta foi encerrado.

Item 4 - Discussão sobre as tratativas relativas ao Termo de Referência para concepção e projeto de infraestruturas hidráulicas de controle de inundações integradas ao aumento da oferta hídrica para as bacias dos rios: Pomba, Muriaé, Preto e Paraibuna

Discussão feita junto ao primeiro item de pauta.

Item 5 – Assuntos Gerais

A Sra. Marina Assis (AGEVAP) disse que farão o ajuste no Plano de Bacia para adicionar a articulação dos grupos, e que aguardarão o Plano de Gerenciamento para ter uma ação mais efetiva. Assim que a licitação for publicada o grupo será informado, e na próxima reunião se a empresa já estiver contratada pode apresentar algo mais concreto.

Encaminhamentos:

- AGEVAP irá enviar ao GT Vazões a Matriz e Plano de Trabalho do Plano de Gerenciamento de Risco;
- A AGEVAP irá realizar ajustes no descritivo de uma das ações do PIRH para inclusão de informações no intuito de proporcionar uma maior articulação entre os Grupos de Trabalho; e
- O GT Vazões aguardará a finalização do Plano de Gerenciamento de Risco para maior assertividade do investimento e que evitem duplicidade de contratações relativas à contratação para concepção e projeto de infraestruturas hidráulicas de controle de inundações integradas ao aumento da oferta hídrica para as bacias dos rios: Pomba, Muriaé, Preto e Paraibuna.

Início:	14h07min	Encerramento	15h34min
Registro da reunião elaborado por:	AGEVAP		